



JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUI

## PROVA OBJETIVA PARA ESTÁGIO NA JUSTIÇA FEDERAL

- Data de aplicação: 06/03/2022.
- Vinculada ao **EDITAL DE SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIO N. 01/2022, DE 28 JANEIRO DE 2022.** (processo SEI n. 0000696-28.2022.4.01.8010 ).
- Quando autorizado, confira se este caderno de prova contém trinta questões objetivas com quatro alternativas cada.
- Você pode levar o caderno de questões quando faltar uma hora para o encerramento da prova. Caso não queira levar, o caderno ficará disponível no balcão de atendimento da Subseção e no endereço eletrônico <https://portal.trf1.jus.br/sjpa/concursos/estagios/selecao-de-estagiarios/subsecao-judiciaria-de-tucurui/subsecao-judiciaria-de-tucurui.htm>
- O uso de aparelhos eletrônicos ou a realização de comunicação entre os candidatos implicará na imediata desclassificação do certame, bem como poderá ter reflexos criminais.
- Caso necessite beber água ou ir ao banheiro, ou ainda qualquer tipo de ajuda que não seja relacionada ao conteúdo da prova, levante a mão e aguarde atendimento por um fiscal.
- **Mantenha a máscara cobrindo nariz e boca** enquanto estiver no recinto, salvo, com brevidade, para comer ou beber.

Boa prova!



## **Direito Constitucional**

### **1 – Assinale a alternativa que está em conformidade com o disposto na Constituição Federal:**

- a) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- b) Todo o poder emana do Congresso Nacional, que o exerce por meio de representantes eleitos, nos termos desta Constituição.
- c) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos do Continente Americano por inteiro, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- d) Garantir o desenvolvimento nacional constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

### **2- Assinale a alternativa incorreta:**

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- b) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo contudo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- c) O direito de propriedade é um direito fundamental.
- d) A Constituição Federal assegura a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.

### **3- É característica dos direitos fundamentais:**

- a) a prescritibilidade.
- b) a relatividade.
- c) a disponibilidade.
- d) a unicidade.

### **4- Os direitos e as garantias fundamentais:**

- a) Têm aplicação mediata.
- b) São absolutos.
- c) São listados em rol taxativo na Constituição Federal de 1988.
- d) São inalienáveis.



**5- Marque a Alternativa correta, de acordo com a CF/88:**

- a) Lei Ordinária, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.
- b) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas algumas decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- c) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria relativa de seus membros.
- d) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

**6- Compete aos Juizes Federais processar e julgar:**

- a) Os crimes de responsabilidade e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, incluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
- b) As causas relativas a direitos fundamentais a que se refere o art. 5º da Constituição Federal.
- c) Os *habeas corpus*, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição.
- d) Os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a concessão de "*exequatur*" à carta precatória, a homologação de sentença estrangeira, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização.

**Direito Administrativo**

**7- Marque a alternativa correta:**

- a) O ato administrativo com vício de finalidade pode ser convalidado pela Administração Pública, segundo a doutrina majoritária.
- b) A investidura em cargo ou emprego público depende, necessariamente, de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a





complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, incluídos os cargos em comissão.

c) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

d) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

**8- Assinale a alternativa incorreta:**

a) A proibição de acumular cargos públicos na administração direta e indireta, não comporta exceções, e estende-se a empregos e funções e abrange apenas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

b) Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

c) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

d) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.

**9- Assinale a alternativa incorreta:**

a) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, configurando coisa julgada na esfera da jurisdição penal.

b) Do poder hierárquico são decorrentes certas faculdades implícitas ao superior, tais como dar ordens e fiscalizar o seu cumprimento, delegar e avocar atribuições e rever atos dos inferiores.

c) A subordinação é decorrente do poder hierárquico e admite todos os meios de controle do



superior sobre o inferior. A vinculação, por sua vez, é resultante do poder de supervisão ministerial sobre a entidade vinculada e é exercida nos limites que a lei estabelece, sem retirar a autonomia do ente supervisionado.

d) Quando a autoridade superior dá uma ordem, ela determina, de maneira específica, os atos a praticar ou a conduta a seguir em caso concreto. Daí é decorrente o dever de obediência.

#### **10- Marque a alternativa correta no tocante ao poder de polícia:**

a) Considera-se poder de polícia a Atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse privado concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, a disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e os direitos individuais ou coletivos. Podendo ser, em regra, delegado a iniciativa privada por meio de autorização ou concessão.

b) O poder que a atividade da polícia administrativa expressa é o resultado da sua qualidade de executora das leis.

c) A polícia administrativa exerce sua função apenas de forma repressiva, segundo a doutrina majoritária.

d) Em regra, a Administração Pública não pode tomar decisões que a dispensam de dirigir-se previamente a um juiz antes de executar ato que afete interesse privado.

#### **Processo civil**

#### **11- Marque a alternativa correta:**

a) Diferentemente do CPC/1973, o Código de Processo Civil de 2015 não prevê expressamente o instituto da arbitragem.

b) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, contanto que sejam efetivados até a contestação.

c) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

d) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins pessoais e às exigências comuns das partes, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.



**12- Marque a alternativa incorreta:**

- a) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de revogação.
- b) Em regra, não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- c) Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão
- d) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.

**13- Assinale a alternativa correta:**

- a) Para postular em juízo é necessário ter interesse, possibilidade jurídica do pedido e legitimidade, segundo a doutrina majoritária e o Código de Processo Civil.
- b) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento.
- c) Havendo substituição processual, o substituído não poderá intervir como assistente litisconsorcial, segundo o CPC/2015.
- d) A jurisdição civil é exercida apenas pelos juízes em todo o território nacional, conforme as disposições do CPC/2015.

**14- Marque a alternativa incorreta:**

- a) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.
- b) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- c) A ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência e obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.
- d) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira não impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

**15- De acordo com o Código de Processo Civil:**

- a) Qualquer pessoa tem capacidade postulatória.
- b) Os atos processuais realizar-se-ão ordinariamente na sede do juízo.
- c) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a





comparecimento após decorridas 24 (vinte e quatro) horas.

d) Não será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

**16- Assinale a alternativa correta:**

a) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses.

b) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.

c) Os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o segundo dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

d) A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da decisão judicial.

**Direito Civil**

**17- De acordo com o Código Civil:**

a) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento; sendo inviável a concessão de direitos ao nascituro.

b) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

c) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos e os portadores de necessidades especiais.

d) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer os maiores de quinze e menores de dezoito anos.

**18- Marque a alternativa incorreta:**

a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

b) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde tenha exercido a sua última profissão.

c) Quanto às pessoas jurídicas, é domicílio dos Estados e Territórios, as respectivas capitais.

d) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente.

**19- Marque a alternativa correta:**

a) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

b) A renúncia da prescrição somente pode ser expressa, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, antes que a prescrição se consumar.



- c) Corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- d) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for divisível.

## **Direito Penal**

### **20- De acordo com o Código Penal Brasileiro:**

- a) A lei excepcional ou temporária, depois de decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- b) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- c) Crime praticado no estrangeiro contra a vida ou a liberdade do Presidente da República não poderá ser apurado no Brasil, tendo em vista o princípio da territorialidade.
- d) Considera-se praticado o crime apenas no lugar da ação ou omissão, ainda que outro seja o lugar do resultado.

### **21- Marque a alternativa incorreta:**

- a) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até a prolação da sentença, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- b) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta imprópriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- c) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei
- d) Responde pelo crime o terceiro que determina o erro.

### **22- Marque a alternativa correta, nos termos do Código Penal :**

- a) Em regra, pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- b) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, são puníveis, ainda que o crime não chegue, pelo menos, a ser tentado.
- c) O condenado será submetido, no início do cumprimento da pena, a exame criminológico de classificação para individualização da execução.





d) O regime fechado baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado.

### **Processo Penal**

#### **23- Marque a alternativa correta:**

- a) O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de instrução da ação penal e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.
- b) O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais, competindo-lhe dentre outras coisas: receber o auto da prisão em flagrante para o controle da legalidade; ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal; decidir sobre o requerimento de prisão provisória ou outra medida cautelar .
- c) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, mesmo que contrarie a moralidade ou a ordem pública, sob o fundamento da busca pela verdade real.
- d) Em regra, o inquérito policial é público, tendo em vista o princípio da publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal, assegurado ao investigado o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### **24- Marque a alternativa incorreta, nos termos do CPP:**

- a) A representação será retratável, até o interrogatório do réu.
- b) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- c) Se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.
- d) Nas ações penais relativas a crimes praticados em detrimento da União, Estados e Municípios, a revisão do arquivamento do inquérito policial poderá ser provocada pela chefia do órgão a quem couber a sua representação judicial.

#### **25- Marque a alternativa incorreta:**

- a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- b) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais



jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

c) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante não poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu.

d) Se, iniciado o processo perante um juiz, houver desclassificação para infração da competência de outro, a este será remetido o processo, salvo se mais graduada for a jurisdição do primeiro, que, em tal caso, terá sua competência prorrogada.

### **Procedimentos Especiais**

#### **26- De acordo com a Lei nº 9.099/95:**

a) Poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

b) O maior de dezesseis anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

c) O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.

d) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro e, tão pouco, de litisconsórcio.

#### **27- De acordo com a Lei 10.259/01:**

a) Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível: I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte; II – como réus, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

b) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

c) Compete ao Juizado Especial Cível processar e julgar as ações que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

d) Haverá observância de prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

#### **28- Assinale a alternativa correta no tocante às disposições da Lei nº 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal):**

a) O Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.



- b) Até a decisão de segunda instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
- c) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto o da falência.
- d) A certidão de dívida ativa tem presunção absoluta de veracidade e validade, tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

**29- Ainda com relação à Lei de Execução Fiscal, marque a alternativa correta:**

a) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e excluída a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.

A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito, e não suspenderá a prescrição.

- b) Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o executado poderá efetuar depósito em dinheiro, à ordem do Juízo em estabelecimento oficial de crédito, que assegure atualização monetária.
- c) O executado poderá indicar e o terceiro oferecer bem imóvel à penhora com o consentimento tácito do respectivo cônjuge.
- d) A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem: imóveis, pedras e metais preciosos e dinheiro.

**30- Sobre os embargos à execução fiscal, marque a alternativa incorreta:**

- a) O executado oferecerá embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, aplicando-se subsidiariamente o Código de Processo civil, diante da omissão da Lei de Execução Fiscal.
- b) Não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.
- c) Não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.
- d) Na execução por carta, os embargos do executado serão oferecidos no Juízo deprecado, que os remeterá ao Juízo deprecante, para instrução e julgamento.





JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TUCURUÍ

11

GABARITO DEFINITIVO DO CANDIDATO

Questão	Resposta	Questão	Resposta	Questão	Respostas
1		11		21	
2		12		22	
3		13		23	
4		14		24	
5		15		25	
6		16		26	
7		17		27	
8		18		28	
9		19		29	
10		20		30	

Ao final da prova, entregue esta folha ao examinador.

Número de inscrição do candidato: \_\_\_\_\_

